

## **RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE: RELATOS DE UMA ATIVIDADE PRÁTICA EM UMA DISCIPLINA NO CURSO DE GESTÃO AMBIENTAL/UFPEL**

KETHLIN GIOVANNA DA SILVA RAMOS<sup>1</sup>; MAURÍCIO PINTO DA SILVA<sup>2</sup>;

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas/Curso de Gestão Ambiental – [kethlin.giovanna15@gmail.com](mailto:kethlin.giovanna15@gmail.com)

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas/Curso de Gestão Ambiental – [mauriciomercosul@gmail.com](mailto:mauriciomercosul@gmail.com)

### **1. INTRODUÇÃO**

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, garante a saúde como direito de todos e dever do Estado, assegurando, portanto, o acesso universal e igualitário às ações de promoção, prevenção, tratamento e reabilitação. Nesse sentido, foi criado o Sistema Único de Saúde (SUS), regulamentado pela Lei nº 8.080/1990, que, além de estruturar a rede de atenção, define a saúde como resultado de fatores sociais, econômicos e ambientais, tais como saneamento, educação, habitação, alimentação e lazer. Assim, o SUS organiza-se em três níveis de atenção básica, média e alta complexidade com o objetivo de oferecer cuidado integral à população. Entretanto, apesar de seus avanços, ainda enfrenta desafios, como a garantia da acessibilidade, a eficiência dos serviços e a efetivação da integralidade no atendimento (OLIVEIRA, 2018). Diferentemente de outros setores, o sistema de saúde no Brasil é fortemente influenciado pela atuação direta do governo, sendo considerado estratégico por se tratar de um direito essencial da população.

Embora existam hospitais privados, a maioria dos serviços é operada pelo poder público ou por instituições filantrópicas conveniadas ao SUS, como as Santas Casas. Além disso, determinados procedimentos, como transplantes de órgãos, são regulados exclusivamente pelo Estado, evidenciando seu papel central na organização da rede assistencial. Para tanto, os três níveis de governo União, Estados e Municípios exercem funções complementares: a União, por meio do Ministério da Saúde, da Anvisa e da ANS, define políticas nacionais, regula e fiscaliza o setor; os Estados coordenam e financiam serviços de saúde regionais; e os Municípios executam ações locais, principalmente a atenção básica (SALI; ENIO JORGE; 2013).

Nesse contexto, os estabelecimentos de saúde se constituem em importantes e desafiadores geradores de resíduos, especialmente aqueles relacionados aos procedimentos de tratamento. Assim, visando contribuir com uma formação mais específica na área de atuação em resíduos de serviços de saúde e sustentabilidade, o curso de Gestão Ambiental da Universidade Federal de Pelotas disponibiliza a disciplina optativa Gestão Ambiental em Hospitais e Serviços de Saúde. Este trabalho tem por objetivo apresentar e debater a proposta metodológica desenvolvida em 2024/2 quando da oferta da referida disciplina, em seus aspectos teóricos/conceituais e também práticos.

### **2. ATIVIDADES REALIZADAS**

De acordo com o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) a disciplina optativa Gestão Ambiental em Hospitais e Serviços de Saúde tem por objetivo “estudar, pesquisar e debater os conhecimentos acerca das instituições hospitalares e demais serviços de saúde e suas implicações ao meio ambiente e a gestão ambiental contemporânea”; além de “desenvolver conhecimentos e possibilitar a

formação em gestão ambiental para hospitais e serviços de saúde; fornecer subsídios para construção de planos estratégico, tático e operacional em organizações da área da saúde, especialmente contemplando a questão ambiental; e formar profissionais com visão integral, capacidade de adaptação e flexibilidade, com atuação interdisciplinar. Em termos metodológicos a disciplina é executada por meio de aulas expositivas dialogadas, realização de trabalhos em grupo e/ou individuais, períodos para leitura e elaboração de resumos e textos acadêmico/científico.

No semestre 2024/2, as aulas foram distribuídas nas dezoito semanas letivas previstas em calendário acadêmico da UFPel. Cabe destacar que como ainda se tratava de um calendário atípico, houve a necessidade de três aulas serem desenvolvidas a partir de atividades disponibilizadas na plataforma E-aula. Duas destas aulas se concentraram na visitação a sites de estabelecimentos de saúde (hospitais) e na realização de exercício relacionado aos temas da sustentabilidade e gestão ambiental, e a terceira em alusão ao dia mundial da água.

De forma a ampliar os conhecimentos teóricos-conceituais, a disciplina adotou a prática de leitura de capítulos de livros disponibilizados na biblioteca virtual – Pergamum da UFPel - e a apresentação em formato de seminário em durante o semestre. Os livros foram Fundamentos de Administração Hospitalar Saúde que serviu como base teórica para compreender a estrutura e o funcionamento das instituições hospitalares, abordando organização, planejamento e gestão de recursos em serviços de saúde. O livro Administração Hospitalar no Brasil, contextualizou a realidade brasileira, destacando aspectos legais, econômicos e sociais que influenciam a gestão hospitalar, além de trazer exemplos práticos do sistema de saúde nacional. Já o livro Gestão Hospitalar para uma Administração Eficaz, apresentou estratégias e ferramentas para otimizar processos administrativos, aumentar a eficiência e promover a qualidade nos serviços hospitalares, auxiliando na aplicação prática das atividades. Por fim, o livro Gestão Ambiental discorre sobre estratégias e ferramentas para otimizar processos administrativos, aumentar a eficiência e promover a qualidade nos serviços hospitalares, auxiliando na aplicação prática das atividades.

De forma a relacionar a teoria e a prática, a disciplina atribui a realização de uma atividade prática junto aos estabelecimentos de saúde na cidade de Pelotas. Os estabelecimentos de saúde foram definidos previamente, e aqueles em que não se conseguiu a colaboração foram identificados outros. A turma foi distribuída em duplas, e o instrumento de coleta de dados (questionário) aplicado junto aos responsáveis pela área de gestão e gerenciamento de resíduos de saúde.

Esta atividade possibilitou aos discentes o exercício da pesquisa em campo e também a oportunidade de vivenciarem na prática a teoria e debates vistos em sala de aula. O instrumento de coleta de dados evidencia as diferentes formas de gestão e gerenciamento de resíduos, além de possibilitar uma espécie de “diagnóstico” da situação atual sobre o tema. Perguntas como se o estabelecimento possuía uma política institucionalizada sobre o tema ambiental? se as diretrizes desta política ambiental eram de conhecimento dos colaboradores? Se o estabelecimento participava de algum programa ou agenda relacionada ao tema ambiental e/ou sustentabilidade? Se o tema ambiental estava contemplado, de alguma forma, na Visão, Missão e Objetivo (s) do estabelecimento? Se o estabelecimento adotava um sistema de gestão ambiental? Se existia algum instrumento de planejamento e gerenciamento dos

resíduos de serviços de saúde? Se sim, qual? Qual a profissão do responsável técnico pelo gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde neste estabelecimento? Se o estabelecimento possuía uma empresa contratada para o gerenciamento ambiental? Se o estabelecimento possuía um Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde? Se o estabelecimento possuía um programa de redução de resíduos? Se sim, qual? Existem indicadores para o acompanhamento e gerenciamento? Se havia treinamento ou atividades de educação continuada sobre o plano de gerenciamento de resíduos? Se o esgotamento sanitário era ligado a rede coletora do município? Se não, porque? Se o estabelecimento possuía alguma iniciativa relacionada a aquisição de alimentos mais saudáveis, mediante a aquisição de produtos orgânicos produzidos localmente? E qual seria o maior desafio na elaboração e implementação do plano de gerenciamento de resíduos do estabelecimento? Este instrumento possibilitou de forma prática conhecer algumas das iniciativas, ações, obstáculos e desafios no gerenciamento de resíduos de saúde, bem como, a organização do espaço hospitalar e a implementação de estratégias de sustentabilidade.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O ambiente pode ser compreendido como o meio em que o indivíduo vive, sendo classificado em interno, quando se refere a um espaço delimitado, ou externo, quando está relacionado ao ar atmosférico. Nesse sentido, o meio ambiente corresponde ao conjunto de todas as condições externas que exercem influência sobre a vida. Já o ambiente hospitalar, por sua vez, envolve o conjunto de fatores físicos, químicos, biológicos, sociais e humanos que interferem diretamente na saúde das pessoas e, portanto, requer um controle rigoroso (MALAGÓN, 2018). O descarte inadequado de resíduos tem gerado passivos ambientais que comprometem os recursos naturais, tornando-os escassos, além de causar poluição e impactar negativamente a qualidade de vida das atuais e futuras gerações, (SEIFERT, 2017).

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei nº 12.305/2010, estabelece diretrizes para a gestão integrada dos resíduos sólidos, promovendo a responsabilidade compartilhada entre os geradores e o poder público. A PNRS apresenta conceitos fundamentais, como a distinção entre resíduos e rejeitos, a logística reversa e a responsabilidade ao longo do ciclo de vida dos produtos. A lei define uma hierarquia de manejo que prioriza a não geração, seguida da redução, reutilização, reciclagem e disposição final adequada dos resíduos.

As atividades desenvolvidas possibilitaram a integração entre teoria e prática, além de reforçar a importância da gestão ambiental em hospitais e serviços de saúde. Dessa forma, a aplicação de instrumentos de análise e a realização de seminários permitiram aos discentes compreender de forma mais ampla os desafios ambientais no contexto hospitalar e dos serviços de saúde, identificando problemas operacionais e futuramente propondo soluções estratégicas sustentáveis. Por fim, cabe destacar que o tema da gestão, do planejamento e do gerenciamento de resíduos de serviços de saúde ganham cada vez mais importância, e nesse sentido o curso de Gestão Ambiental da UFPel tem contribuído. Ressalta-se que o tema tem sido tratado em trabalhos de conclusão de curso (TCC), além de despertar o interesse de discentes pela realização do estágio obrigatório nesta área temática e profissional.

#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

OLIVEIRA, Simone Machado Kühn de; AFFONSO, Lúcia Maria Fonseca. **Fundamentos de administração hospitalar e saúde**. Porto Alegre: SAGAH, p.13-28. 2018. 1 recurso online. ISBN 9788595028630. (Livro eletrônico/Minha biblioteca/Pergamum).

SALI, Enio Jorge. **Administração hospitalar no Brasil**. São Paulo Manole, p. 01-36. 2013. 1 recurso online. ISBN 9788520448373. (Livro eletrônico/Minha biblioteca/Pergamum).

MALAGÓN-LONDOÑO, Gustavo; LAVERDE, Gabriel Pontón; LONDOÑO, Jairo Reynales. **Gestão hospitalar para uma administração eficaz**. 4. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, p.131-156. 2018. 1 recurso online. ISBN 9788527734646. (Livro eletrônico/Minha biblioteca/Pergamum).

BARSANO, Paulo Roberto; BARBOSA, Rildo Pereira. **Gestão ambiental**. São Paulo: Erica, p.109-124. 2014. 1 recurso online. ISBN 9788536521596. (Livro eletrônico/Minha biblioteca/Pergamum).

IBAMA. **Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)**. Gov.br, 26 nov. 2023 Disponível em: [Política Nacional de Resíduos Sólidos \(PNRS\) — Ibama](#).

SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. **ISO 14001 sistemas de gestão ambiental: implantação objetiva e econômica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 239 p. ISBN 9788522461523. (Livro eletrônico/ Minha Biblioteca/ Pergamum).